

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CRUZEIRO DO SUL

ATA Nº022/2002

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de outubro de 2002 (dois mil e dois), às 18:30 Horas (dezoito horas e trinta minutos), na Sala de Sessões da Câmara de Vereadores de Cruzeiro do Sul, RS, com a presença de 09 (nove) Vereadores, reuniu-se ordinariamente o Poder Legislativo. O Presidente **LEANDRO LUIS JOHNER** iniciou a sessão invocando o nome de Deus, e em seguida oportunizou que o vereador João Paulo da Silva fizesse seu juramento de posse. O suplente proferiu o seguinte juramento: "Prometo exercer com dedicação e lealdade o meu mandato, respeitando a lei e promovendo o bem geral do Município". Após isso, o Presidente declarou o vereador empossado. Como os Vereadores em sessão, com antecedência receberam a Ata Nº021/2002, com conseqüente leitura e análise da mesma: a ata nº021/2002 foi aprovada por unanimidade. **EXPEDIENTE:** Foram lidas correspondências recebidas no período de 10 à 23 de outubro de 2002, merecendo destaque: Ofícios do Ministério da Saúde informando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para execução de programas de competência do mês de setembro, no valor total de R\$11.056.34. **ORDEM DO DIA:** Projeto de Lei Nº001/2002 do Legislativo **QUE DENOMINA LOGRADOURO**, aprovado por unanimidade. Proposição 016/2002 do Vereador Leandro Luis Johner **QUE SOLICITA PROJETO DO EXECUTIVO PARA IMPLANTAÇÃO DE UM NÚCLEO PARA PESAGEM E ARMAZENAGEM DE GRÃOS NA LOCALIDADE DE SÃO GABRIEL**, aprovada por unanimidade. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS E USO DA TRIBUNA:** O vereador **IVO JOSÉ LOEBLEIN** enfocou a Lei Federal que trata do Meio Ambiente, na parte tocante ao reflorestamento das margens dos rios e lagos do Brasil. Relatou que, na semana que passou, os moradores com propriedades na margem do rio Taquari e arroio Sampaio, na localidade do Bom Fim, foram surpreendidos com visita dos técnicos do meio ambiente, os quais questionaram sobre este replantio de árvores na área estabelecida pela lei. Considerou ser um exagero a lei impor o plantio de 100 metros de ambos os lados do rio Taquari. Disse que isso não passa de uma brincadeira, pois se a lei for cumprida dessa forma, acredita que a nossa agricultura será abandonada em definitivo, fazendo com que os agricultores migrem para as cidades, fazendo o perímetro urbano e seus problemas crescerem mais ainda. Que em uma situação dessas o êxodo rural terá seu ponto alto. Comparou os 100 metros exigidos pela lei ao tamanho de um campo de futebol, reforçando sua crítica de ser esta área exagerada. Referiu que os moradores visitados pelos técnicos ficaram indignados com a visita e pediu apoio dos colegas vereadores, no sentido de se mobilizarem encaminhando alguma proposição para que a lei seja alterada, reduzindo esta área. Deseja que seja buscado apoio das demais Câmaras de Vereadores do Vale do Taquari para que se posicionem contra a lei, que, se cumprida, fará com que muitos pequenos proprietários fiquem sem ter onde desenvolver sua agricultura, já que estes 100 metros de terra farão muita falta. Disse também que, só na localidade do Bom Fim, existem mais de vinte propriedades que iniciam na RS130 e têm sua extensão até a margem do rio Taquari, sendo assim muito estreitas e restarão prejudicadas com a lei. Que nestas imediações têm os arroios Sampaio e Castelhana, para os quais são exigidos 50 metros em razão de sua largura, e que se todas estas áreas forem reflorestadas não sobrar nada das comunidades do Bom Fim, São Miguel e Santarém, e assim por diante. Acredita que para solucionar o caso, deva a Administração transformar estas zonas em perímetro urbano para que a lei não prejudique dessa forma os pequenos agricultores. Questionou a diferenciação que faz a lei quanto a preservação de áreas urbanas e áreas rurais. Em aparte, o colega Vicente Kronbauer complementou que quanto às áreas urbanas próximas a rios, arroios e lagos não pode mais serem autorizadas construções e edificações, devendo o reflorestamento ser feito pelo homem ou deixar que este ocorra ao natural. Por fim, o vereador Ivo Loeblein chamou atenção mais uma vez para o problema que seria causado com a falta de terras para estes pequenos agricultores, solicitando que já na sessão seguinte seja avaliada alguma proposição afim de tentar evitar problemas sociais maiores, em razão do êxodo rural e aumento do perímetro urbano no Município. O vereador **PAULO**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CRUZEIRO DO SUL

ALEXANDRE MALLMANN primeiramente solicitou envio de ofício ao DAER, pedindo reparo dos buracos no asfalto do trecho compreendido entre Cruzeiro do Sul e Lajeado na RS130. Deseja que seja feita uma operação “tapa-buracos”, justificando que já está perigoso de se trafegar com o asfalto assim e que se resolvido o problema agora que os buracos são menores, a solução é mais fácil. Seguindo seu pronunciamento, o Edil disse que andou constatando que de frente ao mini mercado Dahlen, na rua São José, existe um buraco próximo a calçada, razão pela qual foram colocados dois cavaletes para sinalizar o perigo. Comentou que se preocupou com isto, já que o movimento ali é intenso, e falou com o Secretário de Obras, o qual teria informado que na semana seguinte a solução seria dada ao caso. Lembrou comentário já feito sobre indicação e sinalização dos nomes das ruas em Cruzeiro do Sul. Pediu que a Administração retomasse as providências de indicação, visto que inúmeros visitantes comumente solicitam informações sobre localização de ruas, coisa que seria desnecessário se estivesse sinalizado e indicado com as devidas plaquinhas. Pediu ainda, especial atenção para o bairro Vila Célia, onde quase não existem tais placas. Que muitas ruas têm denominação, mas não têm sinalização, coisa que impede a identificação para pessoas estranhas ao Município. Após isso, parabenizou o Secretário de Estradas pelas obras executadas no bairro Vila Rosa, especificamente nas ruas das Casas Populares, considerando ter sido feito um belo serviço. Da mesma forma, elogiou os reparos feitos nas estradas do interior do Município, coisa que já foi alvo de inúmeras reclamações, e que agora, mesmo com muita chuva, estão se mantendo em boas condições de trafegabilidade. O próximo tema tratado pelo Camarista foi o do Conselho Municipal de Assistência Social, instituído pela Lei Municipal nº115-02/1998, e o Fundo Municipal de Assistência Social criado pela Lei Municipal nº193-03/1995, tecendo comentário de que para esse Conselho funcionar é preciso que ele seja municipalizado, pois essa municipalização permite o recebimento de recursos. Que as verbas recebidas pelo Conselho Municipal garantem um maior atendimento para os que precisam de auxílio, como é o caso dos deficientes físicos e excepcionais. Frisou que a municipalização do conselho é importante por justamente aumentar e melhorar a capacidade de atingir um contingente maior de beneficiados, os quais podem contar com auxílio em transporte, distribuição de cestas básicas, dentre outras. Que o valor aproximado de R\$20,00 mensais é pouco por beneficiado, pois para estes a ajuda prestada é de grande valia. Comentou ainda que grupos de jovens e grupos de terceira idade também recebem contribuições da Assistência Social. Com relação às eleições, disse esperar que todos já tenham decidido seu voto e que o Presidente e Governador eleito trabalhem em prol do povo brasileiro, pois este está precisando muito de um cara que saiba trabalhar no sentido de consertar o nosso país. O vereador LAUDEMIRO ANTÔNIO ZART deu início a seu pronunciamento demonstrando sua preocupação com a localização da creche que deverá ser construída em São Rafael, próximo ao CTG. Disse que o fato de terem poucos moradores por ali, fará com que a segurança do prédio ficará comprometida, visto que nem mesmo um alarme poderia ser eficaz neste caso. Que em razão de estar mais isolada, a creche será vulnerável a “freqüentadores” da noite. Que o problema da segurança hoje não é de solução pela simples troca de governo, e que para a situação de isolamento da creche apresentada, poderia ser resolvida com a construção de casas mais próximas, mas que por enquanto desconhece essa possibilidade. Pediu atenção da Administração neste sentido. Com relação ao tema do cheque-adubo, disse que achou uma vergonha isso ter sido tirado da nossa agricultura. Justificou sua posição dizendo que se escuta que o setor primário está em decadência e o Município não incentiva e nem investe mais do que R\$40.000,00 por ano na agricultura. Lamentou que o único incentivo que se tinha era o cheque-adubo e esse foi cortado. Acredita que seria bom que ele voltasse, já que o retorno da agricultura ao Município deve representar em torno de 10%. Que antes, quando era destinado de R\$30.000,00 a R\$40.000,00, poderia-se adquirir de 6 a 7 sacos de adubo, e hoje ganham os agricultores pouca coisa. Que a situação é preocupante, pois se não se investir na agricultura hoje, amanhã os jovens agricultores não terão para onde ir. Quanto a rua 47, até então assim denominada, acha que agora que essa tem um nome, merece também uma pavimentação. Pediu que não se espere até o momento que providenciem um novo abaixo assinado, desta vez reivindicando uma pavimentação. Que já é hora de se proceder com essa obra. Quanto as eleições, disse que não se envolveu tanto no segundo turno, mas nas

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CRUZEIRO DO SUL

oportunidades em que escutou ou assistiu a propaganda eleitoral gratuita, observou que o candidato ao governo federal José Serra, do partido de situação a oito anos, está prometendo coisas que já teve tempo de cumprir. Que o salário mínimo foi prometido equivaler no final deste governo a 100 dólares, no entanto não correspondendo nem a 50 dólares. Que a única coisa que o candidato fez foi a implantação dos remédios genéricos. Que os aposentados hoje não conseguem nem mais pagar seus planos de saúde. Considera a situação lamentável, referindo comentário feito por repórter de credibilidade de uma rádio da capital do estado, o qual mencionou que a realidade do país é dramática. Disse ter pena do candidato Lula, que provavelmente assumirá a Presidência do País e terá essa responsabilidade toda. Que o candidato Serra está prometendo a criação de oito milhões de emprego, quando em oito anos houveram onze milhões de desempregos. Finalizou dizendo que se uma coisa dessas fosse dita no interior, o candidato provavelmente iria apanhar, pois mentir de maneira séria na TV não é brincadeira. O vereador **VICENTE MENOLI KRONBAUER** inicialmente comentou sobre pronunciamento do colega Leandro Johner, o qual na sessão anterior falou sobre pessoas que ocupam cargos públicos e que têm determinada graduação ou nível de estudo mais elevado. Discordou do colega, enfatizando que seu comentário foi com relação a qualificação técnica e que a seleção de tais servidores via concurso público sempre prestigia o melhor. Não acredita que o momento mais adequado para avaliação do trabalho destes servidores deva ser após a contratação, pois a área da saúde exige cuidados para evitar falhas que um profissional com falta de preparo técnico ou qualificação pode cometer. Que se estas falhas ocorrerem possibilitam trazer conseqüências graves. O segundo ponto abordado pelo Camarista foi com relação ao CONSEPRO. Disse lembrar-se que no período de 1993 à 1996, por diversas vezes, a Administração Municipal foi criticada por não repassar recursos ao CONSEPRO para pagamento de combustível da Secretaria da Segurança, Polícia Civil e Brigada Militar. Que na ocasião, talvez para repercutir nos meios de comunicação, foi feita uma campanha com vereadores doando tanques de combustível para a BM de Cruzeiro do Sul. Refletiu que hoje o Executivo é de outra coloração partidária e não se tem notícia de repasse de recursos do Município para auxílio, nem mesmo, de pequenas despesas urgentes na área da Segurança Pública. Disse que a sua posição quanto ao tema continua a mesma, afirmando que a competência para o problema é do estado e da união, não impedindo tal fato que o município e comunidade estejam integrados e engajados. Que essa integração pode ser via Conselho de Segurança Pública. Reconheceu que na área Pública Municipal a burocracia e a legislação faz com que muitas tramitações e aquisições sejam lentas. Que essa demora nos trâmites legais é maior, quanto mais ampla a esfera de governo. Mais demorada em nível estadual e mais ainda em nível federal. Que a realidade de Cruzeiro do Sul hoje é que a BM não precisa de repasses do CONSEPRO pois o governo estadual assumiu o compromisso em fornecer combustível e vem cumprindo com isso. Que até mesmo a manutenção das viaturas é garantida pelo governo estadual, o que circunstancialmente demora por atraso no encaminhamento das solicitações de reparos e troca de peças. Que se houvesse repasse de recursos para esses pequenos reparos, por parte do CONSEPRO, não seria necessário encaminhar para o governo estadual, agilizando o processo em nível municipal. O terceiro assunto tratado pelo Vereador foi com relação aos reparos que deveriam ser feitos no acesso da propriedade do Sr. Alberto Hendges, da Linha Sítio. Disse que o acesso teve serviço feito até parte da propriedade e que o restante ficou prometido de ser concluído a mais de quatro anos. Que segundo o próprio Sr. Alberto, que tem 73 anos de idade, a Administração estaria tentando levar ele na conversa. Pediu especial atenção para o caso deste agricultor, o qual precisa do acesso feito até a sua casa. Em seguida, comentou acontecimento inédito em Cruzeiro do Sul, ocorrido na mesma tarde: a assinatura de convênio para construção de moradias populares para o meio rural. Disse lembrar-se de quando tinha seus 10 a 12 anos, na década de 60, muitos agricultores diziam que era difícil para seus filhos permanecerem na terra, sendo que seus pais não dispunham de recursos para tanto. Que já existiam diversos tipos de financiamentos, mas para filho de agricultor comprar sua terra ou construir sua casa não existia. Disse que o projeto que foi instalado no RS a partir de 1999, fez com que pela primeira vez na história do Estado, e talvez do País, fosse possibilitado esse convênio, o qual beneficiará aproximadamente 42 famílias. Que pela tarde esses agricultores assinaram seus contratos e em contrapartida terão responsabilidade de uma

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CRUZEIRO DO SUL

parcela do projeto. Que não serão casas de luxo, mas simples e que abrigarão perfeitamente as famílias destes agricultores. Disse pensar que a esperança fica mais forte quando se vê atitudes de governantes que se encaminham para esta linha. Muito insipiente é a ação do Banco da Terra, a qual julgou ser muito mais propaganda do que ação. Que o número de financiamentos para os filhos de agricultores permanecerem na terra é muito pequeno. Que questões como a escolha, ordem de inscrição, e critérios de seleção nem sempre são devidamente observados. Acredita que as reuniões do Banco da Terra e Conselho de Agricultura, devam ser feitas de portas abertas. Devem ser públicas assim como as sessões da Câmara para que gozem de credibilidade. Que qualquer cidadão possa presenciar as decisões e cobrar atitudes posteriormente. Que a destinação de recursos oriundos do Banco da Terra deve ser pública, coisa que não vem ocorrendo. Que a decisão de quais agricultores receberiam a moradia popular foi tomada pelos próprios agricultores, através de seus núcleos. Finalizou dizendo que os contemplados foram os mais necessitados, de acordo com o julgamento dos agricultores envolvidos no projeto. O vereador **JOÃO PAULO DA SILVA** primeiramente comentou sobre ofício da Famurs encaminhado à Prefeitura de Cruzeiro do Sul, o qual informa que o Município não está habilitado para receber recurso financeiro no total de R\$24.083,31 relativo a Municipalização Solidária. Referiu que no ofício não está claro o suficiente para se saber se o Município não tem direito ou não está conseguindo preencher a documentação a tempo. Acredita ser um recurso de monta bastante significativa, uma vez que se fala tanto em falta de verbas do governo estadual para saúde e educação. Disse que a politicagem deve ser deixada de lado, pois essa verba deve ser abraçada, já que o Município está com tantas dificuldades, como é o caso do transporte escolar. Citou que essa verba poderia beneficiar, por exemplo, a comunidade do Passo de Estrela, que segundo o Vereador, a seis anos estão sendo ludibriados com a promessa de um Posto de Saúde. Comentou frase contida na Ata nº021/2002, no pronunciamento do Vereador José Paulo Mallmann, a qual dizia que se o PT assumisse a Administração Municipal seria contra algumas áreas fundamentais, frase proferida por alguns colegas vereadores. Considerou como sendo uma piada tal afirmação, pois segundo ele, em seis anos da atual Administração, não se fez quase nada, como é o exemplo a praça Dona Laura, a qual continua atirada do mesmo jeito. Também que uma praça no loteamento popular está fazendo falta, então antes de se apontar para o outro, deve-se primeiro fazer uma auto-avaliação. Seguindo seu discurso, pediu a implantação de um orelhão na rua São João. Para isso, solicitou que seja encaminhado um ofício ao órgão responsável com o devido pedido. Justificou que nesta rua há apenas um orelhão e este se localiza em frente ao hospital. Que esta localização não é adequada, visto haver outro bem próximo, e levando em consideração que os moradores da parte inferior da rua precisam se deslocar para locais em frente a bares ou com menos iluminação e sem segurança. Após isso, comentou que o Sr. Elmo Loeblein, morador da rua 28 de Setembro, estranhou que em frente a sua casa o mato não é roçado. Que em frente as casas vizinhas o serviço de limpeza da rua é feito e na sua casa não. Convidou a todos para verificar a veracidade da afirmação: que até os limites dos terrenos vizinhos, a limpeza no calçamento é feita, e exatamente em frente a sua casa não. Solicitou que essa situação seja alterada. Quanto à rua 47, considerou ser importante a rua receber um nome, já que todos somos dignos de um, e sugeriu que o calçamento seja feito com as quatro cargas de paralelepípedos que estão ali próximas. Que em se usando esses, não se tem o trabalho de se trazer de outro local. Finalizou dizendo que esse calçamento irá de encontro com o interesse das várias famílias que moram naquela rua e que pagam seus impostos. O vereador **JOSÉ FLÁVIO WILGEN** iniciou sua fala com o tema do cheque-adubo. Acha que em 2003, o cheque-adubo deve ser uma das primeiras coisas que deve voltar, afim de beneficiar nossos agricultores. Considerou que foi um projeto que muito certo enquanto que funcionou. Que o valor deve ser corrigido, visto os insumos terem seu preços aumentados. Que quando o seu partido subiu na tribuna em tempos de campanha eleitoral, tinha a proposta de triplicar o valor investido, passando de R\$40.000,00 para R\$120.000,00 ou mais. Que seu pensamento é de passar de R\$120,00 para R\$400,00 investidos por agricultor. Disse que esta será uma ajuda boa, a qual incentivará o nosso setor primário. Afirmou que o atual sistema utilizado de horas-máquina não funciona. Relatou que um agricultor indignado por tentar há bastante tempo uma retroescavadeira, na semana que passou se dirigiu


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CRUZEIRO DO SUL

ao Secretário de Estradas pegando ele pelo pescoço e agredindo-o. Acredita que o melhor caminho não seja este, pois o Secretário de Estradas nem sempre tem condições de atender todo mundo. Em seguida, pediu uma verba de R\$3.500,00 para o Esporte Clube 25 de Julho, que se destina a pintura do pavilhão e construção de uma cancha de bocha, pedido feito pela própria comunidade da Picada Aurora. Pediu que a Administração olhasse para essa comunidade, assim como olhou para as outras. Seguido seu pronunciamento, o Edil solicitou que a Mesa Diretora da Câmara limitasse o tempo para as pessoas que fazem uso da Tribuna Livre, referindo que na sessão onde o representante da Associação de Moradores da Lagoa do Bonifácio compareceu, foi usado um tempo superior a 40 minutos. Gostaria que não fosse concedido tanto tempo. O assunto posterior foi sobre as obras de restauração da praça Dona Laura, coisa que foi comentada anteriormente pelo colega João Paulo. Considera que já é hora da Administração proceder com pelo menos a iluminação adequada, desta que considera ser uma linda praça. Que essa já foi também reivindicação de outros colegas vereadores. Deseja que a praça não fique mais às escuras. Quanto às placas indicativas, disse que as comunidades do interior não estão sinalizadas. Solicitou que o Secretário de Obras ou Estradas providencie essa sinalização em todo interior do Município. Que além das placas indicativas das localidades, faltam de trânsito, como no caso do cruzamento da via que vem de Boa Esperança baixa com a de São Gabriel, no asfalto novo. Que neste cruzamento havia uma placa de PARE, e hoje não tem mais. Que quando foi solicitar ao Secretário de Obras este teria dito que tal ação não era com ele e sim com o Secretário de Estradas. Que ao receber essa resposta, o Edil advertiu que se ocorresse um acidente, quem pagaria o prejuízo seria o contribuinte. Cumprimentou os cabos eleitorais do Município de Cruzeiro do Sul, tanto do PT quanto do PMDB, dizendo que estes têm feito uma campanha de alto nível. Que presenciou várias festas, onde sempre encontrou militantes dos dois partidos e nunca houve problemas. Por fim, disse estranhar que as 40 casas populares para Cruzeiro do Sul tenham sido concedidas dias antes da eleição. Que essas casas têm sua importância, mas que o governo estadual tinha três anos para entrega-las, e que se estivesse na frente nas pesquisas eleitorais, provavelmente não seria Cruzeiro do Sul beneficiado com nenhuma. O vereador **DÉCIO JOSÉ REITER** iniciou seu pronunciamento reforçando pedido feito pelo colega Vicente Kronbauer, com relação ao melhoramento da entrada da propriedade do Sr. Alberto Hendges. Disse que conhece o problema, considerando ser uma reivindicação muito justa. Pediu também que sejam feitas melhorias nas propriedades do Sr. Ênio Shuck e Sr. Irineu Kronbauer. Se associou à idéia do colega Ivo Loeblein, que manifestou-se sobre situação de reflorestamento nas margens do rio Taquari e arroios do Município imposto por lei. Concorde que isso causará problemas sociais aos pequenos proprietários de áreas ribeirinhas. Também concorda no ponto de ser importante a preservação da natureza. Acredita que está mais do que na hora de todas as Câmaras de Vereadores do Vale se unirem para encontrarem uma solução viável. Que seja encaminhada uma proposta de redução ao órgão competente, para que essa metragem imposta não prejudique os pequenos agricultores. Que dessa forma, muitos agricultores irão ficar sem seu pedaço de terra para plantar, pois é realidade hoje que as propriedades estão muito reduzidas. Acredita que 100 metros de reflorestamento para o rio Taquari não são necessários. Talvez fosse mais importante, segundo o Camarista, o reflorestamento nas partes altas, em outros municípios, para que a terra não desça lá e venha aterrar o rio. Seu parecer é de que para o rio Taquari 50 metros de reflorestamento são suficientes e para os arroios 15 metros. Que tal reflorestamento é de suma importância, mas não precisa tanto espaço. Para que se tenha fundamentos de base para proposta de alteração de lei, sugeriu que se busque apoio e orientação da Univates-Centro Universitário. Pediu que fosse convidado um técnico no assunto para trazer esclarecimentos em uma próxima sessão. Outro assunto abordado pelo Edil foi sobre a festa realizada na comunidade de Boa Esperança. Cumprimentou-os pela bonita festa promovida. Em contrapartida, disse que lá continua a novela do desvio do pedágio, fato causador de insatisfações por causa da poeira. Disse que já é mais do que hora da Administração se sensibilizar com este problema, se não resolvendo totalmente, que provisoriamente se arrume um caminhão-pipa ou se compre material britado da Concrsul para diminuir a poeira da localidade. Disse que esse já é um assunto exaustivamente tratado na tribuna, e que cada vez aumenta mais o problema, já que com os aumentos do pedágio o movimento aumenta no

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CRUZEIRO DO SUL

desvio. Que o fato do desvio ser nos dois sentidos, já que agora a cobrança é para que vai e para quem vem, é outro agravante da situação. Finalizando seu pronunciamento, disse esperar que os vencedores das eleições, os quais ocuparão os cargos de Presidente e Governador pelos próximos quatro anos, consigam resolver, pelo menos, parte de todos problemas que temos. Que esses problemas já são tantos e nem acredita que se consiga resolver tudo. Que tanto se critica promessas municipais, mas lá as promessas são maiores. Gostaria que se conseguisse criar cem milhões de empregos, e não oito milhões como estão prometendo os candidatos. Que para se falar em conseguir determinados resultados é preciso conhecer a realidade. Comparou a administração pública com a de uma empresa, onde no final de cada mês é preciso ter dinheiro em caixa para que os funcionários sejam pagos. Que falar em administrar melhor é fácil, porém conseguir fazer é diferente. Disse que é seu desejo que um dia pudesse chegar a Administração no ponto de distribuir todas verbas solicitadas, como pedem alguns vereadores. Que da mesma forma, a administração federal pode estar querendo fazer mais e não tem recursos. Acredita que em nosso país há pouca gente trabalhando e muitos esperando dinheiro. Que é hora de presidente e população unirem forças para mudar. E que a mudança que deverá acontecer aqui no governo do RS e no governos federal deverá ser para melhor. O vereador **LEANDRO LUIS JOHNER** deu início a seu discurso fazendo referência a sua proposição encaminhada. Disse que o desejo de ter um núcleo com pesagem, secagem e armazenamento de grãos é uma reivindicação antiga da comunidade de São Gabriel. Disse que essa comunidade sempre foi reconhecida pela força que tem na agricultura, criação de aves, gado leiteiro e suínos. Que sempre foi uma comunidade com representatividade e importância nacional, visto que participam de eventos como a Expointer, etc. Considera que esse núcleo atenderá uma demanda significativa desses produtores e criadores, e até de comunidades vizinhas, para que armazenem suas colheitas e produtos que consomem, de maneira a ficarem mais próximos da sua produção e com menores custos. Que essa facilidade deverá possibilitar um maior retorno aos agricultores beneficiados. Sugeriu que os recursos necessários para esse projeto seja buscado com os novos governantes, federal e estadual. Quanto ao projeto de lei que deu nome à rua 47, agora Oscar de Castro, enfatizou que esta foi uma reivindicação dos moradores de tal rua, devidamente indicada e assinada pela maioria. Concordou que devem ser procedidas obras de melhoria naquela via, como pavimentação e canalização do esgoto, que está praticamente a céu aberto. Que feitas as devidas obras de limpeza e pavimentação, tal rua terá um novo visual. Em seguida, o Edil alertou as sociedades e entidades do Município para o repasse das programações de eventos, os quais deverão fazer parte do calendário de eventos de Cruzeiro do Sul do próximo ano. Solicitou que desta vez todos se antecipem, para que ninguém fique fora ou seja prejudicado com diversos eventos marcados para mesma data. Que essa tarefa de antecipação servirá como organização para que nenhuma festividade deixe de ser prestigiada e ainda que Cruzeiro do Sul tenha um calendário de eventos bem completo. Quanto a questão da Municipalização Solidária, disse ser lamentável que até o mês de outubro não veio nem a primeira parcela que deveria ser repassada pelo governo. Que infelizmente nosso Município, assim como outros, ainda não receberam esta que é uma verba importante e de grande aplicação. Comentou que se não fossem os cofres municipais, a área da saúde de Cruzeiro do Sul estaria à deriva. Finalizando disse que acredita que mesmo com tamanho atraso no repasse, esse ainda deva vir. Nada mais havendo a tratar, o Presidente **Leandro Luis Johner** encerrou a sessão convidando a todos para a próxima a realizar-se no dia 06 de novembro de 2002, quarta-feira, no horário das 18:30 horas (dezoito horas e trinta minutos). SALA DE SESSÕES DA CÂMARA DE VEREADORES DE CRUZEIRO DO SUL-RS, AOS 23 DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2002.


DÉCIO JOSÉ REITER
Primeiro Secretário


LEANDRO LUIS JOHNER
Presidente da Câmara de Vereadores